

Ata aprovada durante a 47ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, no dia 04 de março de 2021.

1

ATA – 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE

2 Às 14h30 do dia 10 de dezembro de 2020 teve início, de forma telepresencial, por meio da plataforma
3 JITS MEET, a 46ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, sendo confirmado quórum deliberativo para
4 instalação da plenária, por meio de chamada nominal, com a presença de 26 (vinte e seis) conselheiros
5 com direito a voto, considerando que atualmente o comitê é composto por 50 (cinquenta) membros
6 titulares. Foi registrada a presença de representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento
7 Básico (ANA); do diretor-presidente da AGEVAP, Sr. André Luiz de Paula Marques; e da presidente da
8 CTEGEC/CBH-Doce, Ariane Kelly Roncal Silva. Prosseguindo, foram passadas as instruções para a
9 realização da videoconferência e informado a todos que a reunião estava sendo gravada. Após
10 cumprimentar e agradecer a presença dos participantes, o presidente do CBH-Doce, Sr. Flávio
11 Guerra, requereu à plenária a inclusão de um ponto de pauta para discussão e votação de deliberação
12 normativa referente à transferência direta dos recursos financeiros e bens patrimoniais entre IBIO e
13 AGEVAP, sem necessidade de devolução à união. Houve concordância unânime entre os presentes
14 quanto à inclusão da pauta. Porém, antes de iniciar o debate quanto aos itens deliberativos, foram
15 feitos os informes da diretoria. Inicialmente houve uma breve fala sobre a reunião promovida pela
16 ARDOCE com a participação de representantes das defesas civis dos 16 (dezesesseis) municípios que
17 integram o Sistema de Alerta, operado pela CPRM. O encontro, conforme relatado pela Sra. Luciane
18 Teixeira, que representa a ARDOCE no comitê, teve como objetivo discutir o funcionamento do sistema
19 e buscar alternativas para melhorar a comunicação entre a Defesa Civil e a CPRM, considerando a
20 proximidade do período de cheias e a necessidade de realizar ações preventivas, capacitando os
21 gestores. Na sequência, a Sra. Ariane Kelly, da CTGEC/CBH-Doce, relatou sobre a reunião realizada
22 no dia 04 de dezembro com a participação das principais usinas hidrelétricas e da CPRM, além de
23 representantes das defesas civis de Minas Gerais e do Espírito Santo. Segundo ela, o encontro foi um
24 excelente momento para o compartilhamento de informações e o aprimoramento dos mecanismos para
25 uma comunicação mais eficiente entre as entidades. Por fim, o Sr. Flávio Guerra informou que no dia
26 16 de dezembro será realizado um encontro junto aos gestores municipais, com ênfase nos 07 (sete)
27 municípios em que houve troca de prefeito a fim de nivelar as informações sobre a operação do
28 sistema de alerta. Ato contínuo, o Sr. Thiago Figueiredo, do IGAM, informou aos conselheiros que está
29 prevista para o dia 15 de dezembro a rescisão do Contrato de Gestão com o IBIO e, logo na sequência,
30 a assinatura do novo Contrato de Gestão, a ser celebrado entre a AGEVAP e o IGAM, com a
31 interveniência dos comitês afluentes mineiros, para o exercício das funções de agência de água no
32 âmbito de Minas Gerais. Ele explicou que não será possível aguardar para assinar na mesma data que
33 a ANA devido ao prazo necessário para operacionalizar junto à Secretaria da Fazenda o repasse à
34 AGEVAP dos recursos devolvidos pelo IBIO. Finalizando o tópico dedicado aos informes, o Sr. Luiz
35 Henrique Pinheiro, da ANA, explicou que para formalizar a assinatura do Contrato de Gestão está
36 pendente apenas a autorização do ministro do desenvolvimento regional, conforme exigência legal. Ele
37 destacou que o documento já está no ministério e a expectativa é que a liberação ocorra nos próximos
38 dias. No que se refere ao IBIO, ele explicou que o processo de rescisão está ocorrendo sem

Ata aprovada durante a 47ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, no dia 04 de março de 2021.

39 intercorrências e será finalizado até o dia 31 de dezembro, prazo limite determinado no contrato.
40 Encerrados os informes, foi passado ao ponto de pauta incluído no início dos trabalhos. Primeiramente,
41 houve uma breve explanação sobre a demanda, requerida pela ANA na véspera da reunião, cujo
42 objetivo é, por meio de Deliberação Normativa do CBH-Doce, aprovada em reunião plenária, dar
43 legitimidade e segurança ao processo de transferência direta de recursos e bens patrimoniais entre o
44 IBIO e a AGEVAP, contemplando, ainda, os restos a pagar existentes no caixa da ANA, arrecadados
45 durante a vigência do CG nº 072/ANA/2011. Dando sequência, foi apresentada aos conselheiros a
46 íntegra da DN nº 91/2021, por meio da qual fica autorizada a transferência direta pelo IBIO, entidade
47 delegatária sucedida, para a AGEVAP, entidade delegatária sucessora, dos recursos financeiros
48 arrecadados com a cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, repassados e a
49 repassar, bem como dos bens patrimoniais adquiridos com recursos da cobrança e cedidos pela ANA.
50 O documento traz todo o contexto e as justificativas necessárias para embasar a autorização,
51 ressaltando a importância de tais recursos, que pertencem à bacia, para o processo de estruturação da
52 AGEVAP e execução do Plano de Aplicação Plurianual. Após a apresentação do texto, a deliberação
53 foi colocada em votação, foi feita nominalmente, sendo aprovada de forma unânime entre os presentes,
54 com o registro de 27 (vinte e sete) votos favoráveis. Dando prosseguimento à pauta foi passada à
55 aprovação da ata da 45ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada de forma telepresencial no
56 dia 10 de novembro de 2020. A leitura do documento foi dispensada pelos presentes, considerando
57 que houve encaminhamento prévio junto com a convocatória. A ata foi colocada em regime de votação
58 nominal, sendo aprovada com o registro de 20 (vinte) votos favoráveis e 03 (três) abstenções. Ato
59 contínuo foi passada à discussão da Deliberação Normativa *ad referendum* nº 89/2020, editada para
60 correção de erro material no PAP 2016-2020. Para tanto, foi passada a palavra à Sra. Luana Freitas,
61 coordenadora administrativo-financeira do IBIO, que explicou brevemente as alterações necessárias
62 para a correção do documento, cujo detalhamento consta na deliberação, encaminhada a todos os
63 membros do comitê junto à convocatória. Em sua fala, foi destacado que as alterações não trouxeram
64 prejuízo ao comitê e à execução dos programas, além de não haver extrapolação de nenhuma rubrica
65 prevista no orçamento. Além disso, a pedido da AGEVAP, foi elaborada uma Nota Técnica na qual foi
66 detalhada toda a alteração necessária, sendo que o PAP 2021-2025 pôde ser elaborado com os
67 valores reais, considerando o desembolso real de 2019 e 2020. Por fim, relatou que apesar de não
68 haver prejuízo é essencial corrigir os dados, a fim de que não exista discrepância entre os valores do
69 PAP e o que realmente foi executado. Sobre o tema, o Sr. José Carlos Loss, relatou que houve
70 discussão no âmbito da diretoria executiva ficando claro o entendimento que não houve prejuízo ao
71 comitê, sendo apenas um ajuste necessário devido a um erro material ocorrido. Prosseguindo a
72 discussão, o Sr. José Ângelo Paganini perguntou se o documento foi submetido ao crivo da Câmara
73 Técnica Institucional e Legal (CTIL). Em resposta, foi informado que devido aos prazos e ao processo
74 transitório, que representa uma situação atípica e interfere no atendimento ao comitê, não houve tempo
75 hábil de levar à demanda à CTIL, razão pela qual houve emissão de *ad referendum* com
76 encaminhamento direto à plenária para discussão. O Sr. José Ângelo Paganini relatou que, no seu

Ata aprovada durante a 47ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, no dia 04 de março de 2021.

77 entendimento, independentemente de ser uma DN *ad referendum* é primordial a tramitação na CTIL
78 para auxiliar no entendimento e dar segurança à decisão do plenário. Prosseguindo, o Sr. André
79 Marques, da AGEVAP, destacou que a pandemia e o processo transitório trouxeram prejuízo às
80 tramitações no comitê, no entanto, reforçou que é necessário entender que o PAP é um orçamento e,
81 sobretudo, que todo o movimento financeiro real do IBIO deverá ser submetido à aprovação da ANA,
82 que avaliará e emitirá parecer acerca da prestação de contas. Ou seja, no comitê está ocorrendo
83 apenas a discussão sobre o PAP, cabendo à ANA a aprovação, ou não, das contas da entidade. Além
84 disso, relatou que vai implantar no Doce o Sistema de Informação e se dedicará a organizar e
85 normatizar as questões procedimentais, a fim de evitar gargalos, garantido a tramitação adequada e o
86 atendimento aos encaminhamentos e requisições demandadas ao CBH. Dando continuidade à
87 discussão, o Sr. João Clímaco, da FONASC, endossou a fala do Sr. José Ângelo Paganini, destacando
88 a importância de que sejam estabelecidos, de forma clara e regulamentados, os procedimentos para
89 admissão e tramitação de processos no CBH-Doce, assim como para retorno formal às demandas
90 apresentadas. Segundo ele, o comitê tem sido insuficiente e pouco transparente nesse aspecto, sendo
91 imprescindível proceduralizar, formal e urgentemente os ritos administrativos inerentes ao CBH-
92 Doce, já que os trâmites e normas não vêm sendo cumpridos de forma adequada. Por fim, destacou
93 que não está discutindo o mérito da DN, mas, o procedimento, e propôs que independentemente da
94 votação, a DN retorne à CTIL para emissão de parecer, o qual deverá ser apresentado à plenária na
95 próxima reunião. Em resposta às indagações, o Sr. José Carlos Loss destacou que o CBH-Doce está
96 vivendo um momento anormal e conturbado, em que todos os esforços possíveis estão sendo
97 empenhados para garantir o funcionamento do colegiado, sem prejuízo à legalidade dos processos. Ele
98 destacou que apesar de todos os entraves, o comitê está trabalhando de forma ética, democrática e
99 transparente, sendo que todas as informações estão sendo levadas integralmente aos conselheiros.
100 Encerradas as discussões, a deliberação foi colocada em votação, sendo o documento aprovado com
101 20 (vinte) votos favoráveis e 03 (três) abstenções. Conforme acordado, a DN será submetida
102 posteriormente à CTIL, na próxima reunião da CT, sendo que o parecer da câmara será compartilhado
103 e trazido à plenária. Prosseguindo, foi passada à discussão e votação da Agenda Anual de Atividades
104 (AAA) do CBH-Doce para o exercício de 2021, conforme calendário encaminhado a todos os
105 conselheiros junto à convocatória. A proposta, que contempla todas as instâncias do CBH-Doce, foi
106 brevemente apresentada aos conselheiros. Em discussão, o Sr. José Ângelo Paganini sugeriu que
107 fossem incluídas mais 02 (duas) reuniões da CTIL ao longo do ano, em datas compatibilizadas com a
108 realização das plenárias, a fim de que sempre haja uma reunião precedente à plenária, evitando,
109 assim, que alguma matéria a ser submetida ao comitê deixe de tramitar na CTIL, garantindo, então, o
110 cumprimento adequado dos procedimentos previstos no Regimento Interno. A sugestão foi acatada
111 pelos presentes, sendo incorporada à agenda. Prosseguindo, o Sr. André Marques destacou que a
112 elaboração da agenda, sua aprovação e o cumprimento do planejamento previsto são metas previstas
113 no Contrato de Gestão a ser celebrado junto à ANA, endossando a importância de planejar
114 adequadamente as ações que serão desenvolvidas pelo comitê ao longo do exercício. Ele explicou que

Ata aprovada durante a 47ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, no dia 04 de março de 2021.

115 há uma margem de erro, sendo que o planejamento não inviabiliza a realização de uma reunião
116 extraordinária não prevista, porém toda atividade não planejada deverá ser devidamente justificada,
117 sendo que a meta é estar o mais próximo possível do projetado, num cenário em que a exceção não
118 pode se tornar regra. Finalizadas as discussões o calendário foi colocado em votação, sendo aprovado
119 de forma unânime entre os conselheiros presentes com direito a voto. Prosseguindo, foi passada à
120 discussão e aprovação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o período entre 2021 e 2025,
121 incluindo a apreciação do Plano Orçamentário Anual (POA) para o ano de 2021. Inicialmente, o Sr.
122 Edson Valgas, coordenador do grupo de trabalho criado para conduzir junto à AGEVAP o processo de
123 elaboração do PAP, fez um breve resgate sobre o processo de tramitação do documento. Ele destacou
124 que, inicialmente, durante reunião conjunta da CTI/CTIL houve criação do GT, cuja composição foi
125 referendada em reunião plenária no dia 10/11/2020. O grupo criado para trabalhar o conteúdo do PAP
126 se reuniu em duas oportunidades, nas quais se debruçou sobre o conteúdo do plano, visando à
127 definição de um escopo de trabalho adequado e exequível, sempre em consonância com o PIRH e a
128 capacidade operacional da entidade. Por fim, o trabalho do grupo foi apresentado à CTI e à CTIL, em
129 nova reunião conjunta, sendo que as câmaras técnicas recomendaram à plenária a aprovação do PAP
130 e do POA, conforme documentos encaminhados a todos os conselheiros junto à convocatória, os quais
131 trazem o detalhamento dos programas hierarquizados e dos valores alocados ano a ano.
132 Prosseguindo, o Sr. André Marques fez uma apresentação didática, a fim de trazer ao conhecimento
133 dos conselheiros o novo modelo de PAP definido pela ANA, o qual foi referência para a construção do
134 PAP-Doce. Em seguida, apresentou, de forma breve, os programas hierarquizados, de acordo com a
135 finalidade, e o montante de recursos alocados. Ele explicou que o documento foi construído levando
136 em consideração uma previsão arrecadatória de R\$ 145 milhões de reais para o período, incluindo o
137 saldo remanescente, os valores que serão arrecadados no período e os rendimentos financeiros. Por
138 fim, apresentou de forma mais detalhada o POA/2021 no qual ficam explícitas os programas e ações a
139 serem desenvolvidos no primeiro ano de trabalho da AGEVAP. Após a apresentação, a Sra. Luciane
140 Teixeira questionou sobre a inexistência de recursos destinados ao enquadramento, considerando que
141 esse trabalho será realizado juntamente à revisão do PIRH. Foi sugerida, então, a inclusão de um
142 considerando no qual fica registrada a necessidade de revisão do PAP após a conclusão da revisão do
143 PIRH e elaboração da proposta de enquadramento, prevista para iniciar no primeiro trimestre de 2021,
144 após o término da licitação que está sendo conduzida pela ANA. Durante a discussão o Sr. João
145 Clímaco reforçou a necessidade de regulamentar os procedimentos no comitê, e questionou ao Sr.
146 André Marques se a implantação do Sistema de Informações ocorrerá de forma imediata. Além disso,
147 perguntou se é possível contratar uma equipe jurídica para subsidiar tecnicamente o trabalho da
148 secretaria executiva de apoio ao CBH-Doce. Em resposta, o Sr. André Marques destacou que os
149 primeiros meses de trabalhos serão dedicados à estruturação da entidade, considerando que a nova
150 agência vai começar praticamente do zero. Ou seja, primeiramente será necessário organizar o básico
151 para o funcionamento, incluindo: aluguel, contabilidade, sede, contratação de funcionários, assessoria
152 jurídica, telefonia, sites, entre outras questões administrativas necessárias para ativar a engrenagem. O

Ata aprovada durante a 47ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, no dia 04 de março de 2021.

153 projeto é trazer o sistema o mais brevemente possível, conforme já acordado junto à ANA. O modelo
154 atual já contempla toda a parte técnica, sendo que está sendo formatada a nova versão que abrange
155 também toda a parte administrativa e financeira, num formato ainda mais robusto e transparente.
156 Diante disso, a perspectiva é que a entidade esteja funcionando de forma plena aproximadamente 06
157 (seis) meses após o início das atividades. Prosseguindo, o Sr. Rone Frank, da FIEMG, observou que
158 em uma das planilhas da DN 90, na qual está descrito o escopo dos os programas a serem
159 desenvolvidos, não constaram o P.42 e o P.61.2, para os quais há alocação de recurso prevista. A
160 falha foi devidamente identificada a será corrigida previamente consolidação da versão final do PAP
161 que será devidamente encaminhada aos conselheiros e publicada no site do CBH-Doce e da AGEVAP.
162 Encerradas as discussões foi realizado o processo de votação do PAP 2021-2025, contemplando
163 também o POA 2021. O documento foi colocado em regime de votação nominal, sendo aprovado por
164 unanimidade entre os conselheiros presentes com direito a voto. Finalizando os itens de pauta, foi
165 passada à indicação de representante capixaba do comitê para compor o colegiado coordenador do
166 Fórum Nacional de CBHs, em substituição ao antigo representante, o Sr. Celeste Stoco, falecido
167 recentemente. Foi explicado à plenária que comitê possui 02 (duas) vagas nesse colegiado, uma para
168 Minas Gerais e outra para o Espírito Santo. A situação foi colocada ao plenário e não houve
169 manifestação de interesse entre os presentes para compor o FNCBHs. Diante disso, a diretoria sugeriu
170 o nome da Sra. Dolores Colle, da Prefeitura de Sooretama/ES, que concordou em assumir a vaga. Não
171 houve objeção entre os presentes, sendo referendada a indicação, que será encaminhada formalmente
172 ao Fórum Nacional de CBHs. Sem mais assuntos a ser tratar, o presidente do CBH-Doce agradeceu a
173 participação de todos e encerrou a reunião por volta de 17h45.



FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES
Presidente do CBH-Doce

174
175
176
177